

BRK Ambiental – Limeira S.A.

CNPJ/MF nº 00.585.900/0001-48

Relatório da Administração

Senhores Clientes, Acionistas, Funcionários, Parceiros, Poder Concedente e Comunidade em geral:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Permanecemos à disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Limeira, 10 de março de 2023.

A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de reais)				
Ativo	Nota explicativa	2022	2021	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.242	20.189	
Contas a receber, líquidas	6	36.579	32.946	
Adiantamento a fornecedor		617	194	
Tributos a recuperar	7	2.406	5.509	
Estoques		1.640	1.599	
Outros ativos		680	819	
		61.164	61.256	
Não circulante				
Caixa a receber, líquidas	6	24	4.811	
Fundos restritos	7	5.863	4.995	
Tributos a recuperar		127	181	
Depósito judicial		130	85	
Outros ativos		11.557	9.380	
Imobilizado		117	157	
Ativos de contrato	8	63.744	49.318	
Ativo de direito de uso	9	3.904	4.943	
Intangível	10	242.181	230.805	
		321.503	294.607	
Total do ativo		382.667	355.863	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)									
	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajuste avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Retenção de lucros	Dividendos propostos			
Em 1º de janeiro de 2021		38.297	305	7.236	31.061	45.092	(658)	121.333	
Resultado do exercício:									
Lucro do exercício								18.440	18.440
Outros resultados abrangentes									
Obrigações com benefícios pós-emprego	19 (f)							738	738
Total do resultado abrangente do exercício								738	738
Dividendos mínimos obrigatórios	19 (d)							(4.504)	(4.504)
Dividendos adicionais propostos	19 (c)				(423)	13.936		(13.513)	(13.513)
Constituição de reservas	19 (b)			423			(423)		
Em 31 de dezembro de 2021		38.297	305	7.659	30.638	59.028	80	136.007	
Resultado do período:									
Lucro do período								21.649	21.649
Outros resultados abrangentes									
Obrigações com benefícios pós-emprego	19 (f)							74	74
Total do resultado abrangente do exercício								74	74
Dividendos mínimos obrigatórios	19 (d)							(5.412)	(5.412)
Distribuição de dividendos adicionais									
Dividendos adicionais propostos	19 (c)					16.237		(16.237)	
Em 31 de dezembro de 2022		38.297	305	7.659	30.638	61.752	154	138.805	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A BRK Ambiental – Limeira S.A. (“Companhia”) foi constituída em 27 de abril de 1995, com o objetivo de operar na concessão dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta, tratamento e destino final de esgotos sanitários, bem como o bombeamento, tratamento, distribuição e adução de água, no Município de Limeira, Estado de São Paulo, podendo para tanto, realizar estudos de concepção, comprar, vender e arrendar equipamentos e peças, construir, explorar e manter instalações, além de atender os respectivos usuários, instalar e operar o sistema de cobrança das taxas de consumo, efetuando a arrecadação e aplicação dos recursos, e realizar todas as atividades necessárias à consecução plena do seu objeto social. A sede da Companhia está localizada na Rua Visconde do Rio Branco, 186, Limeira-S/P. Em 2 de junho de 1995, a Companhia assinou o contrato de concessão junto à Prefeitura Municipal de Limeira (“Poder Concedente”) por um prazo de 30 anos, com vencimento em 2025. Em 2 de junho de 2009, a Companhia assinou o termo de aditamento ao contrato de concessão, que alterou o prazo de duração da Concessão dos Serviços Públicos de Água e Esgoto, por mais 14 anos, ajustando o término do referido contrato para o ano de 2039. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield (“Grupo”), sendo controlada direta da BRK Ambiental – Altos Maduros S.A. (“BRK Altos Maduros”) e controlada indireta da BRK Ambiental S.A. (“BRK Ambiental”). As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de março de 2023. **(COVID-19):** Com a evolução da COVID-19 em escala global, governos e autoridades ao redor do mundo implementaram medidas para combater o vírus. No Brasil, onde a Companhia atua, estas medidas tiveram seus efeitos principalmente a partir da segunda quinzena de março de 2020. Foram realizadas avaliações sobre as estimativas contábeis, considerando os reflexos trazidos pela pandemia e a Companhia, não identificou efeitos financeiros e econômicos significativos decorrentes da COVID-19 nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **(b) Programa SOX:** No exercício de 2022 houve uma manutenção do Programa SOX da BRK Ambiental, do qual a Companhia foi parte integrante do escopo, com a contínua execução deste programa e sua incorporação à rotina de trabalho, não tendo sido identificadas deficiências significativas ou fraquezas materiais, em conformidade com as diretrizes da Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley (“SOX”), que visa prevenir, detectar e tratar qualquer potencial inconformidade, com efeito material, relacionada às informações financeiras das empresas que compõem a BRK Ambiental, do qual a Companhia faz parte, garantindo maior confiabilidade às suas demonstrações financeiras. **(c) Programa de Compliance:** A BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia, estão comprometidas em realizar todas as suas atividades com integridade e com os mais altos padrões éticos e de transparência, tomando por base o total cumprimento de todas as legislações e regulamentações, nacionais e internacionais aplicáveis, e adotando uma postura de tolerância zero a atos de corrupção, discriminação, e comportamentos antiéticos. Dessa forma, a BRK Ambiental e suas controladas estabeleceram em sua governança corporativa a adoção de um Programa de Compliance, com reporte direto para a Presidência da Companhia, que determina as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de todos os funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Este Programa visa consolidar todas as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética e da integridade e para a mitigação de riscos por meio de mecanismos de prevenção, detecção e resposta de atos ilícitos e indesejados. A BRK Ambiental é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, que uma empresa com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e erradicar o suborno e a corrupção. A BRK Ambiental também é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca mobilizar a comunidade empresarial internacional em prol de uma relação mais próxima com as áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Em 2022, a BRK Ambiental e suas controladas receberam a certificação ISO 37.001, que trata sobre o sistema de gestão antissuborno, reforçando mais uma vez a efetividade do Programa de Compliance e das práticas antissuborno e anticorrupção adotados. **(d) ESG: Impacto ambiental, social e práticas de governança:** No primeiro trimestre de 2022, a BRK Ambiental submeteu ao programa de sustentabilidade do ESG Risk Rating da Sustainalytics, o rating avalia o grau de robustez das práticas ESG da empresa. Mais de 15 mil empresas no mundo passaram por esse processo. A BRK Ambiental obteve a melhor nota das Américas e a quarta melhor no mundo entre 60 empresas de saneamento, no ESG Risk Rating da Sustainalytics, organização internacional, que mede a exposição e o gerenciamento de riscos ESG das empresas.

2. Principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Esta demonstração financeira foi preparada em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.2. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos e financiamentos”, no passivo circulante. **2.3. Fundos restritos:** Os fundos restritos representam depósitos bancários cuja utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de financiamentos e rendidos até o vencimento de cada contrato. Os valores são remunerados, em sua maioria, pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). **2.4. Contas a receber e perdas de créditos esperadas:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas de créditos esperadas, calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber (Nota 6). O direito a faturar de clientes é classificado como: **(a) Contratos de concessão (intangível):** A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda ou prestação de serviço, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência. **2.5. Ativos financeiros e não financeiros: 2.5.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. Atualmente a Companhia apresenta todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. **2.5.3. Impairment de ativos financeiros e não financeiros: (a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia a data da emissão de balanço se existe evidência objetiva de que o valor financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado se as perdas por impairment, são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (“evento de perda”), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir

e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **(b) Ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs?”)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Não foram identificadas evidências objetivas que possam justificar o registro de perdas de impairment tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **2.6. Estoques:** Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor de realização, sendo classificados no ativo circulante. **2.7. Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrangente: (i) o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso; e (ii) o valor justo, para os ativos adquiridos através de combinações de negócios. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que item beneficie economicamente futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada período e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme a seguir apresentado: Equipamentos de informática – 5 a 10 anos; Máquinas e equipamentos – 5 a 20 anos; Móveis e utensílios – 5 a 10 anos; Veículos – 5 a 20 anos; Edificações – 2 a 60 anos. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas), líquidas”, na demonstração do resultado. **2.8. Ativos de contrato:** O Ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que os ativos se encontra em fase de construção. **2.9. Ativos intangíveis: (a) Sistema de água e esgoto:** A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário, presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê. O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pelo Grupo, reconhecido conforme nota 2.16 (b). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia (Nota 3 (e)). O valor intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. **(b) Capitalização de juros e encargos financeiros:** Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. **(c) Software:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que elas estejam prontas para serem utilizadas. Esses custos são amortizados de acordo com sua vida útil estimada. **(d) Direito de concessão:** O direito de concessão refere-se à outorga registrada na concessão no ativo intangível (Nota 10) e as respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante. A amortização refletirá o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. **2.10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das negociações, reconhecidas ao valor justo, sendo classificadas como passivos circulantes. Companhia não possui risco sacado. **2.11. Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos, são reconhecidas como custo de transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidas, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos. **2.12. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. (i) Arrendatário: A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. (ii) Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de 3 a 7 anos. (iii) Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos e variáveis, exceto os pagamentos fixos de arrendamento de arrendamento de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. **2.13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25,00% de imposto de renda e de 9,00% para a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)				
	Nota explicativa	2022	2021	
Receita líquida de serviços	20 (a)	242.804	206.370	
Custos dos serviços prestados	20 (b)	(154.582)	(131.492)	
Lucro bruto		88.222	74.878	
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	20 (b)	(39.314)	(32.901)	
Perdas de créditos esperadas	20 (b)	(783)	(937)	
Outras receitas	20 (b)	722	580	
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		48.847	41.620	
Resultado financeiro	20 (c)			
Receitas financeiras		3.728	2.414	
Despesas financeiras	(20.990)	(16.027)	(17.262)	(13.613)
Resultado financeiro, líquido		31.585	28.007	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		31.585	28.007	
Imposto de renda e contribuição social correntes	17 (b)	(9.936)	(7.696)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17 (b)		(1.871)	
Lucro do exercício		21.649	18.440	
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas da Companhia (em R\$ por ação)	19 (b)	499,29	425,28	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)				
	2022	2021		
Lucro do exercício	21.649	18.440		
Outros resultados abrangentes				
Obrigações com benefícios pós-emprego	112	1.119		
Efeito fiscal	(38)	(381)		
			74	738
Total do resultado abrangente do exercício	21.723	19.178		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

total devido na data base das demonstrações financeiras. **2.14. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelas assembleias gerais e assembleia Geral Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como atividade de investimentos. **2.15. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de outros passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.16. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de produto e as expectativas de cada prestação de serviço. **(a) Receita de serviço de água e esgoto:** A receita de prestação de serviço de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião do consumo de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber. **(b) Receita de construção:** A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível, presente no contrato de concessão pública e nos contratos com arrendamentos financeiros, já que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção. A receita de construção é determinada e reconhecida, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2022 e de 2021 é de 2,00%, para os contratos de concessões públicas (intangível). Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados (ativo intangível). **(c) Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que não são juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de juros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **2.17. Benefícios a empregados: (a) Obrigações de aposentadoria:** A Companhia disponibiliza um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Uma Entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994). O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício ocorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos funcionários, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos. **(b) Outros benefícios pós-emprego:** A Companhia concede determinados benefícios de assistência à saúde (“plano de saúde”) pós-emprego aos funcionários elegíveis. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do integrante no emprego até um tempo mínimo de vínculo e/ou idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado e ter sido contribuinte na manutenção do plano de saúde. O custo do plano de saúde pós-emprego é arcado pelo participante em 2022. A Companhia reconhece o custo de participação em suas obrigações com benefícios pós-emprego correspondente ao valor presente das obrigações atuárias de longo prazo, originado pelo subsídio que é concedido pela empresa aos inativos, ou seja, correspondente à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição ao longo do tempo. As obrigações com benefícios pós-emprego são avaliadas em função dos cadastros individuais dos funcionários participantes (empregados ou aposentados), incluindo seus dependentes, dos custos dos planos de saúde e das hipóteses atuárias que projetam os benefícios futuros. A Companhia acompanha as mudanças nestes cenários periodicamente, através de avaliação realizada por atuários independentes e, as remensurações compreendendo ganhos e perdas atuárias, são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial em contrapartida a outros resultados abrangentes no período em que ocorram. **(c) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação do funcionário no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação nos lucros tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do funcionário, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa. **2.18. Pronunciamentos novos ou revisados em 2022:** A Companhia revisou certas normas e interpretações que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: **Contrato Oneroso** – custos de cumprimento de contrato; **Ativo imobilizado** – vendas antes do uso pretendido; e **Referências à Estrutura conceitual**. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. **2.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 50 – Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o CPC emitiu o CPC 50 – Contratos de Seguro, uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, o CPC 50 substituirá o CPC 48 emitido em 2010. O CPC 50 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos do CPC 11, os quais são amplamente baseados em políticas

próximos de seus valores justos. O saldo mantido com partes relacionadas, no passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 15. Os financiamentos estruturados contratados junto à Caixa Econômica Federal ("CEF") e Banco BTG Pactual ("BTG") possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos contratos e, por esta razão, são considerados pelo valor nominal atualizado até a data do balanço. A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado. Os empréstimos e financiamentos estão classificados como nível 2 na hierarquia de valor justo, conforme estabelecido nos itens 72 a 90 do CPC 46. 4.4. **Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	19.242	20.189
Fundos restritos	5.863	4.411
Contas a receber, líquidas	36.603	32.954
Outros passivos	61.708	57.554

Passivos financeiros pelo custo amortizado

	2022	2021
Fornecedores	(10.588)	(7.228)
Empréstimos e financiamentos	(166.055)	(157.745)
Passivo de arrendamento	(4.584)	(5.040)
Obrigações com o poder concedente	(1.222)	(1.222)
Partes relacionadas	(23.835)	(19.471)
Outros passivos	(758)	(332)
Total	(205.820)	(191.038)

4.5. Qualidade de crédito dos ativos financeiros: A Companhia possui caixa e equivalente de caixa, e fundos restritos, predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é AAA, conforme avaliação da agência S&P. Em relação às suas contas a receber, devido às características de seu negócio, a Companhia deve atender a todos os usuários dos serviços abrangidos pelos ativos concedidos nos contratos de concessões ou privados, motivo pelo qual

	Saldo no início do exercício	Adições	Contas a receber baixadas por recebimento	Contas a receber baixadas como incobráveis	Saldo no final do exercício
Em 31 de dezembro de 2022	(7.509)	(3.701)	2.918	1.569	(6.723)
Em 31 de dezembro de 2021	(6.884)	(4.430)	3.493	312	(7.509)

7. **Tributos a recuperar**

	2022	2021
INSS retido sobre serviços	15	297
Imposto de renda	470	52
Contribuição social	66	130
PIS e COFINS (i)	7.088	9.725
(-) Circulante	(2.406)	(5.509)
Não circulante	5.233	4.695

(i) O PIS e COFINS são opções por utilizar o desconto antecipado de créditos para o PIS e COFINS nas aquisições de máquinas e equipamentos destinados às suas operações e nas incorporações de edificações ao ativo imobilizado, conforme facultada a legislação de regência das contribuições que serão compensadas em até 24 meses de acordo com as leis nº 11.488/07 e 11.774/08.

9. **Ativo de direito de uso**

	Imovéis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo inicial em 1º janeiro de 2021	795	332	3.302	1.389	5.818
Adições	28	34	4.349	1.685	6.096
Baixas	(1.851)	(1.291)	(3.142)	(1.291)	(5.875)
Outras transferências	(838)	(636)	(938)	(636)	(3.068)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	823	366	4.962	1.783	7.934
Amortização acumulada	(84)	(222)	(823)	(634)	(1.763)
Saldo inicial em 1º janeiro de 2021	(140)	(145)	(918)	(547)	(1.750)
Amortização	(224)	(367)	(1.591)	(809)	(2.991)
Baixas	(1)	(1)	(3.371)	(974)	(4.943)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(599)	(629)	(1.117)	(631)	(2.078)
Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	823	366	4.962	1.783	7.934
Adições	13	317	1.117	631	2.078
Baixas	(137)	(699)	(119)	(134)	(990)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	699	683	5.960	2.280	9.622
Amortização acumulada	(224)	(367)	(1.591)	(809)	(2.991)
Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	(126)	(262)	(1.705)	(881)	(2.974)
Amortização	(350)	(629)	(1.119)	(247)	(2.345)
Baixas	(349)	(54)	(2.783)	(718)	(3.904)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	(7)	(5)	(3 a 5)	(3 a 4)	(10)

10. **Intangível**

	Sistema de água e esgoto	Direito de concessão	Software de direitos de uso	Total
Saldo inicial em 1º janeiro de 2021	229.820	8.406	4.075	242.301
Adições	800	800	800	2.400
Transferências – ativos de contrato	120.150	(8)	(2.302)	120.150
Outras transferências	(8)	(2.302)	(2.310)	(4.620)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	350.762	8.406	1.773	360.941
Amortização acumulada	(110.560)	(2.624)	(3.553)	(116.737)
Saldo inicial em 1º janeiro de 2021	(15.212)	(314)	(121)	(15.647)
Amortização	(50)	2.302	2.252	4.554
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(125.822)	(2.938)	(1.372)	(130.132)
Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	350.762	8.406	1.773	360.941
Adições	7.920	7.920	7.920	23.760
Baixas	(197)	(197)	(197)	(591)
Transferências – ativos de contrato	22.070	(8)	(2.310)	22.070
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	380.555	8.406	1.773	390.734
Amortização acumulada	(125.822)	(2.938)	(1.372)	(130.132)
Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	(18.067)	(310)	(121)	(18.498)
Amortização	86	86	86	258
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	(143.812)	(3.248)	(1.493)	(148.553)
Valor contábil líquido	236.743	5.158	280	242.181
Vida útil (anos)	5 a 30	30	5 a 10	

11. **Fornecedores** – A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização de prestação de serviços de água e esgotamento sanitário.

Aquisição de infraestrutura

	2022	2021
Custo de operação	4.111	2.842
Retenções contratuais	6.337	3.508
	140	878
	10.588	7.228

12. **Empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento** – 12.1. **Empréstimos e financiamentos:** (a) **Composição:**

Modalidade	Encargos médios anuais	Vencimentos set/2023 a fev/2024	Saldos dos custos a apropriar	2022	2021
Capital de Giro	16,14%	out/2039	11.559	11.325	
Estruturado	10,92%	out/2039	(71)	154.567	146.495
(+) Custos de transação			(71)	(75)	
Total			(71)	166.055	157.745
Total de empréstimos curto prazo			20.664	16.795	
(-) Custo de transação			(4)	(5)	
Circulante			20.660	16.790	
Total de empréstimos longo prazo			145.461	141.025	
(-) Custo de transação			(66)	(70)	
Não circulante			145.395	140.955	
Total			166.055	157.745	

(b) **Movimentação**

	2022	2021
Saldo no início do exercício	157.745	128.670
(+) Adição de principal	13.908	33.162
(+) Adição de juros	16.849	12.613
(-) Amortização de principal	(8.133)	(4.397)
(-) Amortização de juros	(14.318)	(12.228)
(-) Adição de custo de transação	(79)	(79)
(+) Amortização de custo de transação	4	4
Saldo no final do exercício	166.055	157.745

(c) **Prazo de vencimento:** O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	2022	2021
2024	6.339	
2025	6.126	
2026	6.505	
2027	6.906	
2028	7.332	
2029	7.785	
2030	8.265	
2031	8.775	
2032	9.317	
2033	9.892	
2034 em diante	68.153	
	145.395	

(d) **Garantias**

As garantias do contrato de financiamento junto à CEF e BTG são: (i) vinculação de receita e cessão dos direitos creditórios da concessão; (ii) conta reserva de meios de pagamento; (iii) penhor da totalidade das ações da Companhia representativas de 100% do capital social; (iv) emissão de nota promissória no valor de 100% da operação de crédito; e (v) seguros destinados a cobertura de riscos estabelecidos no contrato de concessão. (e) **Cláusulas contratuais restritivas – Covenants:** A Companhia possui em seu contrato de financiamento com a CEF e BTG cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, incluindo covenants financeiros. A penalidade para o não cumprimento desse compromisso é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava adimplente com as cláusulas restritivas relativas ao referido financiamento. 12.2. **Passivo de arrendamento:** (a) **Composição:**

Modalidade	Vencimentos mar/2023 a mar/2026	2022	2021
Passivo de arrendamento	4.584	5.040	
Circulante	2.720	1.871	
Não circulante	1.864	3.169	
Total	4.584	5.040	

As principais classes de ativos nas quais a Companhia possui arrendamentos são: equipamentos de informática, veículos, imóveis e máquinas e equipamentos. A taxa de desconto utilizada nos arrendamentos é a taxa incremental. Essa taxa é fixa na data do contrato e permanece a mesma durante todo o prazo do arrendamento, as taxas utilizadas variam entre 10% e 19,1%. O saldo de passivo de arrendamento apresentado acima contém transações e

BRK Ambiental – Limeira S.A. não possui uma política de crédito estabelecida para avaliar a qualidade de crédito de seus clientes. Entretanto, a Companhia considera que o critério para constituição das perdas de créditos esperadas é suficiente para cobrir eventuais perdas nesses títulos, quando aplicável.

5. **Caixa e equivalentes de caixa**

	2022	2021
Bancos conta movimento	2.645	3.962
Aplicações financeiras (i)	16.597	16.227
	19.242	20.189

(i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por aplicações financeiras de renda fixa de liquidez imediata como, operações compromissadas, fundos de investimento e Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), predominantemente em bancos cuja classificação de rating é AAA, sendo a remuneração relacionada a uma variação média de 99,4% (2021 – 93,7%) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

6. **Contas a receber, líquidas**

	2022	2021
Contas a receber de clientes		
Concessões públicas	43.326	40.463
Perdas de créditos esperadas	(6.723)	(7.509)
	36.603	32.954

(-) Circulante (36.579) (32.946)

Não circulante 24 8

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2022	2021
A vencer	16.256	15.576
Vencidas		
Até 30 dias	5.923	4.912
De 31 a 60 dias	2.215	1.976
De 61 a 90 dias	950	878
De 91 a 180 dias	1.497	1.372
Mais de 180 dias		
Valores a faturar	5.938	7.629
Contas a receber de clientes	32.779	32.343
Agentes arrecadadores (i)	3.824	611
Total	36.603	32.954

(i) Refere-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e comerciais e, ainda não repassados à Companhia, em decorrência do float firmado nos contratos com estas instituições. A movimentação da perda de créditos esperadas de contas a receber é a seguinte:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	49.318	133.423
(+) Adições	36.496	36.035
(-) Transferências – ativo intangível	(22.070)	(120.150)
(+) Outras movimentações	150	522
Saldo no final do exercício	63.744	49.318

O saldo refere-se basicamente, aos investimentos no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário que ainda não estão operando, com expectativa de entrada em operação em dezembro de 2025. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia capitalizou juros e encargos financeiros nos ativos de concessão, no valor de R\$ 2.294 (2021 – R\$ 2.518), durante o período no qual os ativos estão em construção.

e respectivas alterações.

8. **Ativos de contrato**

	2022	2021
Saldo no início do exercício	49.318	133.423
(+) Adições	36.496	36.035
(-) Transferências – ativo intangível	(22.070)	(120.150)
(+) Outras movimentações	150	522
Saldo no final do exercício	63.744	49.318

O saldo refere-se basicamente, aos investimentos no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário que ainda não estão operando, com expectativa de entrada em operação em dezembro de 2025. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia capitalizou juros e encargos financeiros nos ativos de concessão, no valor de R\$ 2.294 (2021 – R\$ 2.518), durante o período no qual os ativos estão em construção.

parte relacionada Ouro Verde no montante de R\$ 3.895 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 3.910).

(b) **Movimentação**

	2022	2021
Saldo no início do exercício	5.040	4.460
(+) Adição de principal	1.078	6.096
(-) Baixa	(218)	(2.811)
(-) Remunerações	(838)	(838)
(-) Amortização de principal	(3.379)	(2.826)
(+) Amortização de AVP	973	959
Saldo no final do exercício	4.584	5.040

(c) **Prazo de vencimento:** O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	2022	2021
2024	1.786	
2025	78	
	1.864	

13. **Salários e encargos**

	2022	2021
Benefícios	127	14
Obrigações sociais	867	1.135
Provisões de férias	2.997	2.619
Participação sobre os lucros (i)	2.17 (c)	3.080
Outros	7.071	5.745

(i) Refere-se à provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado, no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo dos serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

14. **Dividendos a pagar – (a) Composição**

	2022	2021
Dividendos a pagar	13.808	5.815
BRK Ambiental Ativos Maduros S/A	13.808	5.815
(-) Circulante	(12.497)	(4.504)
Não circulante	1.311	1.311

(b) **Movimentação**

	Saldo inicial	Provisão	Pagamentos	Saldo final
Dividendos a pagar	5.815	18.926	(10.933)	13.808
BRK Ambiental Ativos Maduros S/A	5.815	18.926	(10.933)	13.808
Em 31 de dezembro de 2021	1.311	4.504	–	5.815

15. **Provisões para contingências** – As movimentações das provisões dos processos judiciais foram como segue:

	Reclamações trabalhistas e cíveis previdenciárias	Contingências tributárias	Total
Em 01 de janeiro de 2021	3.364	27	3.391
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	272		113
(-) Reduções decorrentes de renunciação e valores não usados, estornados	(64)		(102)
(-) Reduções decorrentes de pagamentos	(184)		(184)
Em 31 de dezembro de 2021	3.388		38

Em 01 de janeiro de 2022

	Reclamações trabalhistas e cíveis previdenciárias	Contingências tributárias	Total
Em 01 de janeiro de 2022	3.388	38	3.426
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	1.771	46	14
(-) Reduções decorrentes de renunciação e valores não usados, estornados	(359)	(11)	(370)
(-) Reduções decorrentes de pagamentos	(1.067)	(16)	(1.083)
Em 31 de dezembro de 2022	3.733	57	3.790

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza civil e trabalhistas, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais a Companhia é ré e para as quais a classificação de perda é mais provável que sim do que não de ocorrer, ou seja, acima de 50% de probabilidade. (a) **Processos com probabilidade de perda classificada como possível:** A Companhia está envolvida em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. **Processos de natureza civil** – Referem-se a processos administrativos e judiciais, indicados como reclamações cíveis, que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de relação de consumo e responsabilidade civil, questões imobiliárias e ações que discutem o cumprimento de obrigações regulatórias, contratuais e demandas de natureza tributária e previdenciária no montante de R\$ 2.197 (2021 – R\$ 3.476), representado por diversos processos. **Processos de natureza trabalhista** – Referem-se a processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista. Estes processos versam, principalmente, sobre verbas trabalhistas alegadamente não adimplidas reclamadas por empregados próprios e terceirizados, que se encontram em diversas instâncias judiciais, no montante de R\$ 3.168 (2021 – R\$ 2.439), representado por diversos processos. **Processos de natureza tributária** – Referem-se aos processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Estes processos versam, principalmente, à cobrança de tributos, questionadas em virtude da discordância quanto à atuação ou divergência de interpretação da legislação por parte da Companhia, no montante de R\$ 608 (2021 – R\$ 769), representado por diversos processos. **Julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre coisa julgada em matéria tributária:** O Supremo Tribunal Federal ("STF") finalizou o julgamento, em 08 de fevereiro de 2023, dos recursos extraordinários RE nº 955227 (Tema 885) e RE nº 949297 (Tema 881), e consolidou o entendimento no sentido de que uma decisão definitiva (coisa julgada) obtida por determinado contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário posteriormente. Ainda, o STF não acolheu o pedido de modulação de efeitos da decisão, de forma que as autoridades fiscais podem cobrar os tributos que deixaram de ser recolhidos com base em tais decisões. A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja materialidade tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário

responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando,

divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de

divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa real

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações

financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação

do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam

as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2023.

Ernst & Young
Audidores Independentes S.S.
CRC 2SP 034.519/O-6

Emerson Pompeu Bassetti
Contador
CRC 1SP 251.558/O-0



BRK Ambiental Limeira Bal 2022-GazetaLimeira Digital-3 pdf

Código do documento f7f72952-0318-4023-b0ce-148cd9e79007



Assinaturas



GAZETA DE LIMEIRA LTDA:51474872000122
Certificado Digital
paola@gazetadelimeira.com.br
Assinou

Eventos do documento

06 Apr 2023, 14:43:30

Documento f7f72952-0318-4023-b0ce-148cd9e79007 **criado** por PAOLA NUNES DE ALMEIDA (e66919eb-8935-4f40-8ead-c789a334d3c8). Email:paola@gazetadelimeira.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-06T14:43:30-03:00

06 Apr 2023, 14:43:54

Assinaturas **iniciadas** por PAOLA NUNES DE ALMEIDA (e66919eb-8935-4f40-8ead-c789a334d3c8). Email: paola@gazetadelimeira.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-06T14:43:54-03:00

06 Apr 2023, 14:44:32

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - GAZETA DE LIMEIRA LTDA:51474872000122 **Assinou**
Email: paola@gazetadelimeira.com.br. IP: 189.1.180.73 (189-1-180-73.customer.ntelecom.com.br porta: 54714).
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC ONLINE RFB v5,OU=A1,CN=GAZETA DE LIMEIRA LTDA:51474872000122. - DATE_ATOM: 2023-04-06T14:44:32-03:00

Hash do documento original

(SHA256):1428fc341cfe10348d6ef5d88f9479691290ac2bfa9c4f515eb913540dab8bfb
(SHA512):56d2bce7e55119d3d1437c19ff88a00d86a17201e64290c7cd7a37985a73bc5f517a98271bf2c4fd3a0b586a80a56e7ab24c858c046a2c48673ad4156fc9270b

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign